# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00080-SRP-REABERTURA
## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.918/2026

Torna-se público, que o MUNICIPIO DE PARAGOMINAS-PA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, portadora do CNPJ (MF) nº 05.193.057/0001-78, com sede na Rua do Contorno, nº 1212, Centro, CEP.: 68.625-245, neste ato representado pelo Sr. **SIDNEY JORGE ROSA -** Prefeito Municipal de Paragominas por meio da Pregoeira ANDRICELIA FONSECA EVERTON designada na forma da Lei, através da Portaria nº 016/2026-GPP de 18 de setembro de 2026, publicada em 21 de setembro de 2026, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão pública:** 27/11/2026.
**Horário da sessão pública:** 8h.
**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO POR LOTE.
**Modo de disputa:** ABERTO
**Link:** portaldecompraspublicas.com.br.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **“ Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de impressão e confecção de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, mediante processamento de arquivos eletrônicos contendo dados variáveis, composição, impressão, acabamento e encarte personalizado, bem como os serviços de distribuição domiciliar, coordenação, supervisão e acompanhamento da entrega dos respectivos carnês, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI”,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Este processo será Pregão Eletrônico, e observará os preceitos públicos e, em especial, as disposições no capítulo III, art. 6º, inciso XLI e seção II, art. 29, e capítulo X, seção I, art. 78, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, sendo que o Pregão Eletrônico seguirá o rito



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

procedimental conforme o Art. 17 da referida Lei, e estudo técnico preliminar, anexo ao processo administrativo.

**1.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

1.3.1 A contratação ocorrerá POR LOTE UNICO, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO,** conforme previsto nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza distinta dos bens a serem fornecidos, o que favorece a ampliação da competitividade e permite a contratação mais vantajosa para a Administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**CLÁUSULA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7° da Constituição Federal;

4.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

4.6.1. **No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;**

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

5.1.2. Marca, quando cabível;

5.1.3. Fabricante, quando cabível;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do edital;



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Será exigida, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de 1% do valor estimado da proposta, conforme estabelecido no Art. 58, § 1º da Lei 14.133/2021.

5.6 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.7. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.8. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei:

I Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.8.1 Se a opção da garantia for Caução em Dinheiro, a empresa deverá depositar o valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação junto ao Banco do Brasil, agência nº 0679-3, conta/corrente nº 9977-5, e será liberada após a decisão que inabilitar ou desclassificar a licitante, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação, e, no caso de habilitadas e classificadas, após a adjudicação e homologação do objeto; exceto a do vencedor, cuja devolução ocorrerá após a assinatura do contrato, podendo ser retida e reforçada como garantia do contrato;

5.8.3 Não serão aceitas garantias prestadas após a data de abertura da licitação, o que consequentemente levará à inabilitação da participante;



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

5.8.4 A garantia realizada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias contados da data da abertura da licitação, e deverá ser emitida, respectivamente, em conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Banco Central do Brasil (BCB), sendo obrigatória a comprovação por meio das devidas certidões de regularidade, sob pena de inabilitação;

5.8.5 A garantia prestada em qualquer das modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei deverá vir completa (comprovante de depósito bancário, apólice e recibo de pagamento da apólice ou fiança bancária e comprovante);

5.8.6 O valor da garantia de proposta será integralmente executado pela Administração quando houver a recusa injustificada em assinar o contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Lote.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,10 (dez centavos).**

6.13. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.14. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.22. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

6.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.27. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.30. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada

6.31. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

6.32. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.33. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.34. ***Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.***

6.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.35.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.35.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.35.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.35.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.36. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.36.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.36.2. Empresas brasileiras;

6.36.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.38. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

6.39. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.40. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.41. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.42. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.43. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, da 2021, legislação correlata e no item 3.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;?ordenarPor=nome&direcao=asc; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste Edital

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. Contiver vícios insanáveis;

7.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no edital;

7.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.12.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.16. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.17. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**CLÁUSULA OITAVA - DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

8.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.13 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.14 **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

8.15 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16 A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.17 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

8.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.

8.21 **Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.**

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.23 Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 8.15, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;

II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;

III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.24 A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 8.15.

8.25 A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 8.15. Expirado o prazo sem o envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

8.26 Para fins de habilitação, os documentos apresentados pelas licitantes deverão estar dentro do respectivo prazo de validade neles consignado. Na hipótese de o documento não conter prazo de validade expresso, SOMENTE SERÃO ACEITOS aqueles cuja data de emissão não seja superior a 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data designada para a abertura do certame.

**Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:**

**8.27 DA HABILITAÇÃO:.**

8.27.1 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**8.28 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.28.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.28.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.28.3. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.28.4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Ato de registro da empresa e Decreto de autorização;

8.28.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.28.6. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados de todos seus termos aditivos e/ou modificativos do seu texto, ser existir os atos;

8.28.7. O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.

8.28.8. RG e CPF dos sócios da empresa Licitante;

**8.29. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

8.29.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.29.2. Os atestados supramencionados poderão ser fornecidos com assinatura digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), devendo conter código que garanta a verificação da validade do documento;

8.29.3. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro e GOV.BR, disponíveis gratuitamente nos sítios eletrônicos https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro e https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica.

8.29.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.30 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:**

8.30.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Art.69, caput, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021);

8.30.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) resultante da aplicação das fórmulas abaixo, com valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados.

**Índice de Liquidez Geral** (LG) maior ou igual a 1, obtida pela fórmula:

$$AC + RLP$$



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

$$LG = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} \geq 1$$

**Índice de Solvência Geral** (SG) maior ou igual a 1, obtida pela fórmula:

$$SG = \frac{\text{AT}}{\text{PC}+\text{ELP}} \geq 1$$

**Índice de Liquidez Corrente** (LC) maior ou igual a 1, obtida pela fórmula:

$$LC = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \geq 1$$

OBS: Os fatores constantes das fórmulas acima serão extraídos do balanço patrimonial exigido no Item 8.29.2, deste Edital, em que:

AC – Ativo Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível a Longo Prazo
AT – Ativo Total

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

8.30.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.30.4 É obrigatória, no momento da habilitação, a apresentação de declaração contábil assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste, com base nas demonstrações contábeis da empresa, o cumprimento dos índices econômicos exigidos no edital, conforme § 1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

8.31**DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**:

8.31.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.31.2 FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTADUAL (FIC), nos casos em que a empresa for contribuinte do ICMS;



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.31.3 FAZENDA (FEDERAL): Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.31.4 ESTADUAL: Certidões Negativas de Natureza Tributária e Não Tributária;

8.31.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, domicílio ou sede do licitante e se possuir Filial ou desempenhar atividades no Município de Paragominas/PA;

8.31.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO JUNTO AO FGTS, comprovando a regularidade da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.31.7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), caso a empresa tenha filiais, os documentos apresentados com relação a CNDT, deverão ser apresentados de todas as filiais bem como da matriz, conforme art. 642-A da CLT, acrescentado pela Lei Federal nº 12.440 de 07/07/2011 e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST de 24/08/2011;

8.31.8 DECLARAÇÃO que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

8.31.9 DECLARAÇÃO de que a firma não possui em seu quadro permanente menores, conforme art. 7, inciso XXXIII da Constituição Federal/88, com redação dada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.31.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**CLÁUSULA NONA- DOS RECURSOS:**

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão.

9.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.5 **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

9.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br/.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

10.3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

### 10.4 SUBCONTRATAÇÃO:

10.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas conforme a necessidade da SEMAFI, mediante instrumento contratual e emissão de ordem de serviço/autorização, dentro dos limites registrados e da disponibilidade orçamentária.

11.2 A SEMAFI disponibilizará à contratada, por meio seguro, a base cadastral definitiva,



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

os arquivos de dados variáveis, a arte e as orientações necessárias à produção. Caberá à contratada conferir a integridade técnica dos arquivos recebidos e comunicar imediatamente qualquer impedimento à execução.

11.3 Após o recebimento dos arquivos definitivos e das orientações fornecidas pela SEMAFI, a contratada deverá apresentar a prova gráfica dos carnês no prazo de até 3 (três) dias úteis.

11.3.1 A SEMAFI realizará a análise da prova gráfica no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do seu recebimento, comunicando formalmente a aprovação ou indicando as correções necessárias.

11.3.2 Havendo necessidade de ajustes, a contratada deverá apresentar nova prova gráfica, com todas as correções solicitadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação da SEMAFI.

11.3.3 Após a aprovação formal da prova gráfica e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, a contratada deverá concluir a impressão, a montagem, o acabamento, a conferência e a organização dos carnês no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

11.3.4 A execução das entregas deverá ser iniciada no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da produção e a liberação dos carnês pela fiscalização.

11.3.5 As entregas deverão ser concluídas no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado do seu início, e, em qualquer hipótese, até o dia 28 de fevereiro de 2027, prevalecendo o prazo que ocorrer primeiro.

11.3.6 Os prazos atribuídos à contratada ficarão suspensos durante o período em que a execução depender de análise, aprovação, orientação ou correção de informações sob responsabilidade da Administração, retomando-se a contagem a partir da respectiva comunicação.

11.3.7 A prorrogação dos prazos somente será admitida mediante solicitação formal apresentada antes do respectivo vencimento, acompanhada da justificativa e da comprovação do fato impeditivo, ficando condicionada à análise e à autorização expressa da Administração.

11.4 Qualquer falha de impressão, montagem, personalização, leitura de código de barras, endereçamento ou outra não conformidade imputável à contratada deverá ser corrigida, reimpressa ou reenviada sem ônus adicional e em prazo compatível com a preservação do calendário tributário, conforme determinação da fiscalização.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

11.5 A entrega ocorrerá nos endereços constantes da base fornecida pela SEMAFI, no Município de Paragominas/PA, observando-se o cronograma, as rotas e os procedimentos de controle estabelecidos para cada contratação.

11.6 Concluída a campanha correspondente à ordem de serviço, a contratada deverá apresentar relatório consolidado de execução, no prazo de 05 dias úteis, contendo o quantitativo produzido, o quantitativo submetido à distribuição, os resultados das entregas, as devoluções justificadas, as correções realizadas e demais informações exigidas pela fiscalização.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

**12.1** A medição será realizada por item, sem descaracterizar a adjudicação do lote único. O item 376103 será medido pela quantidade de carnês efetivamente impressos, confeccionados e aceitos pela fiscalização. O item 376104 será medido pela quantidade de carnês efetivamente entregues ou submetidos às tentativas de distribuição exigidas, desde que acompanhados dos registros e evidências previstos neste edital.

**12.2** Para o item 376104, serão consideradas para medição as unidades com entrega efetivamente comprovada e, quando aceito pela fiscalização, as unidades cuja impossibilidade de entrega decorra de causa não imputável à contratada, desde que o resultado esteja devidamente registrado e que tenham sido cumpridos os procedimentos de distribuição definidos na ordem de serviço. Não serão pagos serviços sem evidência suficiente de execução.

**12.3** Os materiais e serviços serão recebidos provisoriamente em até 7 (sete) dias após a apresentação da documentação de execução e da nota fiscal correspondente, pelo fiscal designado, para verificação inicial da conformidade técnica, dos quantitativos e dos registros de distribuição.

**12.4** O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pelo gestor do contrato ou por servidor/comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade, dos quantitativos, dos registros de distribuição e da correção das pendências, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**12.5** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, incorreções, danos ou descumprimento de obrigações de segurança e confidencialidade.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**12.6** A fiscalização poderá promover glosa proporcional quando houver execução parcial, insuficiente ou em padrão inferior ao contratado, sem prejuízo da obrigação de correção e das sanções administrativas cabíveis.

**12.7 LIQUIDAÇÃO:**

12.7.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será iniciado o procedimento de liquidação da despesa, observados os prazos e rotinas administrativas aplicáveis.

12.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.7.2.1 Prazo de validade;

12.7.2.2 Data de emissão;

12.7.2.3 Os dados do contrato do órgão contratante;

12.7.2.4 O período respectivo de execução do contrato;

12.7.2.5 O valor a pagar; e

12.7.2.6 Eventual destaque do valor de retenções tributarias cabíveis.

12.7.2.7 A Nota Fiscal/Fatura deverá identificar o contrato, a ordem de serviço e o período de referência, discriminar separadamente os itens 376103 – Impressão e Confecção dos Carnês de IPTU e 376104 – Serviço de Entrega dos Carnês de IPTU, e informar os quantitativos medidos, os preços unitários contratados e os valores totais de cada item e da fatura.

12.7.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstâncias que impeça a liquidação da despesa, esta ficara até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularidade da situação, sem ônus ao contratante;

12.7.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhadas da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.7.5 A administração deverá realizar consulta para:

12.7.5.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

12.7.5.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇAÕ NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

12.7.6 Constatando-se a situação de irregularidade, será providenciado sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7.7 Não havendo regularização ou tendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.7.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual os autos do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Prazo de pagamento.

12.7.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**12.8 PRAZO DE PAGAMENTO:**

12.8.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.8.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,000001644, assim apurado:

I = 0,000001644. I = (TX/100)/365. I = (6/100)/365

Em que TX = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

**12.9 FORMA DE PAGAMENTO:**



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

12.9.1 O pagamento será realizado por medição dos serviços efetivamente executados, recebidos e atestados pela fiscalização, conforme as ordens de serviço. Quando a execução abranger mais de um mês, poderão ser realizadas medições mensais, sem duplicidade de faturamento, com medição final do saldo executado e aceito.

12.9.2 O valor de cada pagamento corresponderá à soma dos produtos dos preços unitários contratados pelos quantitativos de cada item efetivamente medidos e aceitos, observados o item 15 e os limites da contratação. A adjudicação em lote único não afasta a discriminação dos itens na medição e no faturamento.

12.9.3 O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada, indicados no processo. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar emitida a ordem bancária no sistema financeiro municipal.

12.9.4 Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação de documentação válida. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assegurada a defesa e a adoção das medidas administrativas cabíveis, sem retenção automática de valores de serviços efetivamente executados e aceitos exclusivamente por essa irregularidade.

12.9.5 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para a aplicação do tratamento tributário cabível.

12.9.6 Somente serão pagos serviços previamente autorizados e comprovadamente executados. Não será admitido pagamento antecipado. A existência de saldo na ata, no empenho ou no contrato não gera direito ao pagamento sem execução, medição e aceitação do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE DE PREÇOS:**

13.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

ao Consumidor – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por Termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada na plataforma eletrônica.

14.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

14.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

15.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:

15.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.5.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

15.5.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONTRATAÇÃO:**

16.1 Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.4 O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada na plataforma eletrônica de gestão da ata de registro de preços.

16.5 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.6 O prazo de vigência da contratação de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital.

16.7 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Cadastro de Fornecedores para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.8 Na hipótese de irregularidade do registro no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

16.9 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.10 Na hipótese de o vencedor da contratação direta se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse fornecedor, poderá convocar outro fornecedor, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:**

17.1 As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão dispostas no Termo de Referência, Minuta da Ata de Registro de Preços e Minuta de contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

18.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7 Ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

18.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

18.1.9 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

18.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

18.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.4 a 18.1.6 e 18.1.8 a 18.1.12;

c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 18.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

d) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 18.1.3 (inexecução total do contrato).

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.2, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

18.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

18.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

18.5 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

18.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.11 Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portaldecompraspublicas.pa.gov.br

19.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

20.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

20.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br/

20.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - ITENS**
ANEXO II - Minuta Ata de Registro de Preço
ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Paragominas/PA, 10 de novembro de 2026.

**ANDRICÉLIA FONSECA EVERTON**
Agente de Contratação
Portaria nº 016/2026-GPP



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

# ANEXO I - ITENS

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00080-SRP

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.918/2026

**OBJETO: "Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de impressão e confecção de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, mediante processamento de arquivos eletrônicos contendo dados variáveis, composição, impressão, acabamento e encarte personalizado, bem como os serviços de distribuição domiciliar, coordenação, supervisão e acompanhamento da entrega dos respectivos carnês, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI."**

| Código | Descrição / Especificação | Qtd. Máxima | Unidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 376103 | **IMPRESSÃO E CONFECÇÃO DOS CARNÊS DE IPTU.** Composição e encarte: protocolo de entrega, capa, 01 (uma) parcela única, até 08 (oito) parcelas mensais e contracapa; capa prenominada, impressão 4x4 cores em papel offset 115 g/m²; lâminas internas com impressão em preto, monocromática, em papel sulfite 75 g/m²; utilização de arquivo eletrônico contendo dados variáveis fornecidos pela SEMAFI. | 40.000 | Unidade | R$ 2,32 | R$ 92.800,00 |
| 376104 | **SERVIÇO DE ENTREGA DOS CARNÊS DE IPTU.** Prestação integrada de serviços de coordenação, supervisão e acompanhamento da entrega em domicílios dos carnês de IPTU, com organização logística, controle da distribuição, registro dos resultados e prestação de contas à fiscalização. | 40.000 | Unidade de serviço | R$ 2,80 | R$ 112.000,00 |
| | | | | **VALOR TOTAL GLOBAL:** | **R$ 204.800,00** |

Paragominas/PA, 10 de novembro de 2026.

**ANDRICÉLIA FONSECA EVERTON**
Agente de Contratação
Portaria nº 016/2026-GPP



Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00080-SRP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.918/2026**

O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, portadora do CNPJ sob o nº 05.193.057/0001-78, com sede na com sede na Rua do Contorno, nº 1212, Centro, CEP.: 68.625-245, cidade de Paragominas/Pa, neste ato representado pelo Sr. **SIDNEY JORGE ROSA -** Prefeito Municipal de Paragominas, considerando o julgamento do processo licitatório, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2026-00080-SRP,** publicada no ..... de ...../...../202....., **Processo Administrativo n.º 25.918/2026,** RESOLVE registrar os preços do fornecedor XXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **"Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de impressão e confecção de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, mediante processamento de arquivos eletrônicos contendo dados variáveis, composição, impressão, acabamento e encarte personalizado, bem como os serviços de distribuição domiciliar, coordenação, supervisão e acompanhamento da entrega dos respectivos carnês, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI"**, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº **9/2026-00080-SRP**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

2.1 O preço registrado no montante de R$ -- () as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, em anexo.

**CLAÚSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):**

3.1 O órgão gerenciador será o(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – **SEMAFI.**

**CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 O prazo de vigência da Ata será de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

**CLAÚSULA QUINTA - DA ADESÃO À ATA:**

5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.1.4 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.1.5 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.1.6 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.2 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

5.3 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

**5.4 Dos limites para as adesões:**

5.4.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.4.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.4.3 *§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.*

## CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Fornecer à contratada, em tempo hábil e por meio seguro, os arquivos, a arte, as orientações e as informações necessárias à execução.

5.2. Conferir e aprovar a prova da arte e da personalização antes da produção em escala, registrando formalmente a autorização para impressão.

5.3. Emitir as ordens de serviço e definir os quantitativos, cronogramas e responsáveis pela interlocução com a contratada.

5.4. Acompanhar e fiscalizar a execução, registrar ocorrências, solicitar correções e aplicar as medidas contratuais cabíveis.

5.5. Disponibilizar os esclarecimentos necessários sobre a base cadastral e orientar a contratada quanto às inconsistências que sejam identificadas durante a execução.

5.6. Receber e analisar os relatórios de produção e de distribuição, realizar o atesto quando comprovado o adimplemento e efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados e aceitos.

5.7. Preservar a segurança dos canais utilizados para transferência de dados e orientar a


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

contratada sobre os padrões internos de proteção e sigilo aplicáveis.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.2. Executar integralmente o objeto nas condições desta Ata, do edital, do contrato, das ordens de serviço e da proposta vencedora.

6.3. Manter durante toda a execução as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como estrutura técnica, gráfica e logística suficiente para atendimento do lote único.

6.4. Receber e processar os arquivos da SEMAFI com segurança, preservar a confidencialidade e a integridade dos dados e utilizar as informações exclusivamente para a finalidade contratual.

6.5. Apresentar prova para aprovação, produzir os carnês nas especificações aprovadas e corrigir, reimprimir ou substituir, às suas expensas, materiais com defeitos ou incorreções que lhe sejam imputáveis.

6.6. Realizar a efetiva distribuição domiciliar dos carnês, fornecendo entregadores, supervisores, transporte, combustível, equipamentos e demais recursos necessários, organizando as rotas, registrando as entregas e ocorrências, cumprindo as tentativas exigidas e devolvendo à SEMAFI os carnês não entregues.

6.6.1. Manter os entregadores devidamente identificados, orientados quanto ao sigilo das informações e proibidos de abrir, reproduzir, fotografar, divulgar ou utilizar o conteúdo dos carnês para finalidade diversa da entrega.

6.7. Comunicar imediatamente à Administração qualquer situação capaz de comprometer prazos, qualidade, segurança das informações ou regularidade da execução, propondo as medidas de correção pertinentes.

6.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes de sua atividade, inexistindo vínculo empregatício entre a Administração e os empregados ou prepostos da contratada.

6.9. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão na execução, sem prejuízo da responsabilidade específica por incidentes envolvendo dados.

6.10. Manter preposto apto a representar a empresa perante a SEMAFI durante a execução e atender às determinações da fiscalização dentro dos prazos fixados.

6.11. Apresentar relatórios, comprovantes, notas fiscais e demais documentos necessários à medição, ao recebimento, à liquidação e ao pagamento.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

6.12. Promover o descarte seguro de refugos gráficos e a eliminação ou devolução das bases de dados ao término da finalidade contratual, conforme orientação da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

7.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas conforme a necessidade da SEMAFI, mediante instrumento contratual e emissão de ordem de serviço/autorização, dentro dos limites registrados e da disponibilidade orçamentária.

7.2 A SEMAFI disponibilizará à contratada, por meio seguro, a base cadastral definitiva, os arquivos de dados variáveis, a arte e as orientações necessárias à produção. Caberá à contratada conferir a integridade técnica dos arquivos recebidos e comunicar imediatamente qualquer impedimento à execução.

7.3 Após o recebimento dos arquivos definitivos e das orientações fornecidas pela SEMAFI, a contratada deverá apresentar a prova gráfica dos carnês no prazo de até 3 (três) dias úteis.

7.3.1 A SEMAFI realizará a análise da prova gráfica no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do seu recebimento, comunicando formalmente a aprovação ou indicando as correções necessárias.

7.3.2 Havendo necessidade de ajustes, a contratada deverá apresentar nova prova gráfica, com todas as correções solicitadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação da SEMAFI.

7.3.3 Após a aprovação formal da prova gráfica e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, a contratada deverá concluir a impressão, a montagem, o acabamento, a conferência e a organização dos carnês no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.3.4 A execução das entregas deverá ser iniciada no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da produção e a liberação dos carnês pela fiscalização.

7.3.5 As entregas deverão ser concluídas no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado do seu início, e, em qualquer hipótese, até o dia 28 de fevereiro de 2027, prevalecendo o prazo que ocorrer primeiro.

7.3.6 Os prazos atribuídos à contratada ficarão suspensos durante o período em que a execução depender de análise, aprovação, orientação ou correção de informações sob responsabilidade da Administração, retomando-se a contagem a partir da respectiva comunicação.

7.3.7 A prorrogação dos prazos somente será admitida mediante solicitação formal


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

apresentada antes do respectivo vencimento, acompanhada da justificativa e da comprovação do fato impeditivo, ficando condicionada à análise e à autorização expressa da Administração.

7.4 Qualquer falha de impressão, montagem, personalização, leitura de código de barras, endereçamento ou outra não conformidade imputável à contratada deverá ser corrigida, reimpressa ou reenviada sem ônus adicional e em prazo compatível com a preservação do calendário tributário, conforme determinação da fiscalização.

7.5 A entrega ocorrerá nos endereços constantes da base fornecida pela SEMAFI, no Município de Paragominas/PA, observando-se o cronograma, as rotas e os procedimentos de controle estabelecidos para cada contratação.

7.6 Concluída a campanha correspondente à ordem de serviço, a contratada deverá apresentar relatório consolidado de execução, no prazo de 05 dias úteis, contendo o quantitativo produzido, o quantitativo submetido à distribuição, os resultados das entregas, as devoluções justificadas, as correções realizadas e demais informações exigidas pela fiscalização.

## CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1 A medição será realizada por item, sem descaracterizar a adjudicação do lote único. O item 376103 será medido pela quantidade de carnês efetivamente impressos, confeccionados e aceitos pela fiscalização. O item 376104 será medido pela quantidade de carnês efetivamente entregues ou submetidos às tentativas de distribuição exigidas, desde que acompanhados dos registros e evidências previstos neste edital.

8.2 Para o item 376104, serão consideradas para medição as unidades com entrega efetivamente comprovada e, quando aceito pela fiscalização, as unidades cuja impossibilidade de entrega decorra de causa não imputável à contratada, desde que o resultado esteja devidamente registrado e que tenham sido cumpridos os procedimentos de distribuição definidos na ordem de serviço. Não serão pagos serviços sem evidência suficiente de execução.

8.3 Os materiais e serviços serão recebidos provisoriamente em até 7 (sete) dias após a apresentação da documentação de execução e da nota fiscal correspondente, pelo fiscal designado, para verificação inicial da conformidade técnica, dos quantitativos e dos registros de distribuição.

8.4 O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pelo gestor do contrato ou por servidor/comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade, dos quantitativos, dos registros de distribuição e da correção das pendências, nos termos do art.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

140 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, incorreções, danos ou descumprimento de obrigações de segurança e confidencialidade.

8.6 A fiscalização poderá promover glosa proporcional quando houver execução parcial, insuficiente ou em padrão inferior ao contratado, sem prejuízo da obrigação de correção e das sanções administrativas cabíveis.

**8.7 LIQUIDAÇÃO:**

8.7.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação da despesa, observados os prazos e rotinas administrativas aplicáveis.

8.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados da Ata e do órgão contratante; o período respectivo de execução da Ata; o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá identificar o contrato, a ordem de serviço e o período de referência, discriminar separadamente os itens 376103 – Impressão e Confecção dos Carnês de IPTU e 376104 – Serviço de Entrega dos Carnês de IPTU, e informar os quantitativos medidos, os preços unitários contratados e os valores totais de cada item e da fatura.

8.7.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.7.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133, de 2021;

8.7.6 A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.7.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.7.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação

**8.8 PRAZO DE PAGAMENTO:**

**8.9** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n° 77 de 2022.

8.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,000001644, assim apurado:

I = 0,000001644. I = (TX/100)/365. I = (6/100)/365

Em que TX = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

**8.11 FORMA DE PAGAMENTO:**


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

8.11.1 O pagamento será realizado por medição dos serviços efetivamente executados, recebidos e atestados pela fiscalização, conforme as ordens de serviço. Quando a execução abranger mais de um mês, poderão ser realizadas medições mensais, sem duplicidade de faturamento, com medição final do saldo executado e aceito.

8.11.2 O valor de cada pagamento corresponderá à soma dos produtos dos preços unitários contratados pelos quantitativos de cada item efetivamente medidos e aceitos, observados o item 15 e os limites da contratação. A adjudicação em lote único não afasta a discriminação dos itens na medição e no faturamento.

8.11.3 O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada, indicados no processo. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar emitida a ordem bancária no sistema financeiro municipal.

8.11.4 Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação de documentação válida. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assegurada a defesa e a adoção das medidas administrativas cabíveis, sem retenção automática de valores de serviços efetivamente executados e aceitos exclusivamente por essa irregularidade.

8.11.5 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para a aplicação do tratamento tributário cabível.

8.11.6 Somente serão pagos serviços previamente autorizados e comprovadamente executados. Não será admitido pagamento antecipado. A existência de saldo na ata, no empenho ou no contrato não gera direito ao pagamento sem execução, medição e aceitação do objeto.

## CLÁUSULA NONA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA:

9.1. A gestão e a fiscalização serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável, com segregação de atribuições sempre que cabível.

9.2. Compete à fiscalização, entre outras atribuições: acompanhar a aprovação da arte; verificar a qualidade gráfica e a fidelidade dos dados; monitorar os prazos; conferir os relatórios de distribuição; analisar ocorrências de devolução; aferir os quantitativos executados; registrar


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

não conformidades; determinar correções; e subsidiar o recebimento e o pagamento.

9.3. A fiscalização poderá realizar verificações por amostragem na produção e na distribuição, solicitar documentos e evidências complementares e rejeitar materiais ou serviços em desacordo com as especificações, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade integral da contratada.

9.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal ou do gestor deverão ser submetidas tempestivamente à autoridade competente, com registro nos autos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

10.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

11.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 11.4.

11.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 12.7, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

11.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 12.4 e no item 12.5, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA:**

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

12.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

13.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 13.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.5.1. Por razão de interesse público;

13.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.5.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

14.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial da Ata;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total da Ata;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução da Ata;

14.1.9. Praticar ato fraudulento na execução da Ata;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência pela falta do subitem 14.1.1 desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.4 a 14.1.6 e 14.1.8 a 14.1.12;

14.2.3. Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 14.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

14.2.4. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 14.1.3 (inexecução total da Ata).

14.2.5. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

dos subitens 14.1.2 e 14.1.7 desta Ata/Termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença sera cobrada judicialmente.

14.5. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11. Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

14.12. As sanções estabelecidas nesta Ata não excluem outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da contratada por perdas e danos que der causa pela prática de irregularidades.

14.13. As sanções estabelecidas nesta Ata não impedem a anulação/revogação da licitação ou a cancelamento da Ata, a critério exclusivo da administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS:**

16.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital/Termo de Referência.

16.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

16.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

PARAGOMINAS/PA, --

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**
Representante legal do órgão gerenciador

**Detentor da Ata de Registro de Preços**


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

Representante legal do fornecedor registrado

**TESTEMUNHAS:**

**1)**_____

**2)**_____


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**ANEXO IV- MINUTA DE CONTRATO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00080-SRP**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.918/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX,

QUE FAZEM ENTRE SI O (A) MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS E A EMPRESA (NOME DO CONTRATADO)

O MUNICIPIO DE PARAGOMINAS-PA, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de Direito Público Interno, portadora do CNPJ (MF) nº 05.193.057/0001-78, com sede na Rua do Contorno, nº 1212, Centro, CEP.: 68.625-245, neste ato representado pelo Sr. **SIDNEY JORGE ROSA -** Prefeito de Paragominas no exercício de seu mandato, brasileiro, casado, agente político, portador da, residente e domiciliado na Rua J. Pereira, nº 68, Promissão I, Paragominas, Pará, CEP: 68.628-130, tendo em vista o que consta no Processo nº 25.918/2026 e em observância às disposições da Lei Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9/2026-00080-SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, MEDIANTE PROCESSAMENTO DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS CONTENDO DADOS VARIÁVEIS, COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO, ACABAMENTO E ENCARTE PERSONALIZADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DOMICILIAR, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DOS RESPECTIVOS CARNÊS, EM**


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SEMAFI"**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO:**

2.1 Este processo está fundamentado no inciso XLI do art. 6°, no art. 29 e Capítulo X, Seção I, art. 78, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:**

3.1 O prazo de vigência do Contrato será de XX de XXXXXXXX de XXXX até XX de XXXXXXXX de XXXX, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 107 c/c 106 da Lei Federal 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:**

5.1 O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO:**

6.1 A medição será realizada por item, sem descaracterizar a adjudicação do lote único. O item 376103 será medido pela quantidade de carnês efetivamente impressos, confeccionados e aceitos pela fiscalização. O item 376104 será medido pela quantidade de carnês efetivamente entregues ou submetidos às tentativas de distribuição exigidas, desde que acompanhados dos registros e evidências previstos neste Contrato.

6.2. Para o item 376104, serão consideradas para medição as unidades com entrega efetivamente comprovada e, quando aceito pela fiscalização, as unidades cuja impossibilidade de entrega decorra de causa não imputável à contratada, desde que o resultado esteja


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

devidamente registrado e que tenham sido cumpridos os procedimentos de distribuição definidos na ordem de serviço. Não serão pagos serviços sem evidência suficiente de execução.

6.3. Os materiais e serviços serão recebidos provisoriamente em até 7 (sete) dias após a apresentação da documentação de execução e da nota fiscal correspondente, pelo fiscal designado, para verificação inicial da conformidade técnica, dos quantitativos e dos registros de distribuição.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pelo gestor do contrato ou por servidor/comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade, dos quantitativos, dos registros de distribuição e da correção das pendências, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, incorreções, danos ou descumprimento de obrigações de segurança e confidencialidade.

6.6. A fiscalização poderá promover glosa proporcional quando houver execução parcial, insuficiente ou em padrão inferior ao contratado, sem prejuízo da obrigação de correção e das sanções administrativas cabíveis.

6.7. **LIQUIDAÇÃO:**

6.7.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação da despesa, observados os prazos e rotinas administrativas aplicáveis.

6.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados da Ata e do órgão contratante; o período respectivo de execução da Ata; o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá identificar o contrato, a ordem de serviço e o período de referência, discriminar separadamente os itens 376103 – Impressão e Confecção dos Carnês de IPTU e 376104 – Serviço de Entrega dos Carnês de IPTU, e informar os quantitativos medidos, os preços unitários contratados e os valores totais de cada item e da fatura.

6.7.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133, de 2021;

6.7.6 A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.7.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação

6.8 **PRAZO DE PAGAMENTO:**

6.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamentos e as normas municipais de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

6.8.2 Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, e desde que a contratada não tenha concorrido para o atraso, serão devidos encargos moratórios sobre a parcela vencida, calculados entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, conforme a fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias de atraso; VP = Valor da parcela devida;

I = Índice de atualização financeira = (6% ÷ 100) ÷ 365

6.9 **FORMA DE PAGAMENTO:**

6.9.1 O pagamento será realizado por medição dos serviços efetivamente executados, recebidos e atestados pela fiscalização, conforme as ordens de serviço. Quando a execução abranger mais de um mês, poderão ser realizadas medições mensais, sem duplicidade de faturamento, com medição final do saldo executado e aceito.

6.9.2 O valor de cada pagamento corresponderá à soma dos produtos dos preços unitários contratados pelos quantitativos de cada item efetivamente medidos e aceitos, observados o item 15 e os limites da contratação. A adjudicação em lote único não afasta a discriminação dos itens na medição e no faturamento.

6.9.3 O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada, indicados no processo. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar emitida a ordem bancária no sistema financeiro municipal.

6.9.4 Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação de documentação válida. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assegurada a defesa e a adoção das medidas administrativas cabíveis, sem retenção automática de valores de serviços efetivamente executados e aceitos exclusivamente por essa irregularidade.

6.9.5 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para a aplicação do tratamento tributário cabível.

6.9.6 Somente serão pagos serviços previamente autorizados e comprovadamente executados. Não será admitido pagamento antecipado. A existência de saldo na ata, no empenho ou no contrato não gera direito ao pagamento sem execução, medição e aceitação do objeto.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 Os preços inicialmente registrados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados pelo IPCA/IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, observadas a legislação aplicável e a demonstração da manutenção da vantajosidade.

7.3 A revisão dos preços registrados em razão de fatos supervenientes observará as hipóteses, os requisitos e o procedimento estabelecidos na legislação e na regulamentação municipal do Sistema de Registro de Preços.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Fornecer à contratada, em tempo hábil e por meio seguro, os arquivos, a arte, as orientações e as informações necessárias à execução.

8.2 Conferir e aprovar a prova da arte e da personalização antes da produção em escala, registrando formalmente a autorização para impressão.

8.3 Emitir as ordens de serviço e definir os quantitativos, cronogramas e responsáveis pela interlocução com a contratada.

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução, registrar ocorrências, solicitar correções e aplicar as medidas contratuais cabíveis.

8.5 Disponibilizar os esclarecimentos necessários sobre a base cadastral e orientar a contratada quanto às inconsistências que sejam identificadas durante a execução.

8.6 Receber e analisar os relatórios de produção e de distribuição, realizar o atesto quando comprovado o adimplemento e efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados e aceitos.

8.7 Preservar a segurança dos canais utilizados para transferência de dados e orientar a contratada sobre os padrões internos de proteção e sigilo aplicáveis.

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 Executar integralmente o objeto nas condições deste Contrato, do edital, da ata, do contrato, das ordens de serviço e da proposta vencedora.

9.2 Manter durante toda a execução as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como estrutura técnica, gráfica e logística suficiente para atendimento do lote único.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

9.3 Receber e processar os arquivos da SEMAFI com segurança, preservar a confidencialidade e a integridade dos dados e utilizar as informações exclusivamente para a finalidade contratual.

9.4 Apresentar prova para aprovação, produzir os carnês nas especificações aprovadas e corrigir, reimprimir ou substituir, às suas expensas, materiais com defeitos ou incorreções que lhe sejam imputáveis.

9.5 Realizar a efetiva distribuição domiciliar dos carnês, fornecendo entregadores, supervisores, transporte, combustível, equipamentos e demais recursos necessários, organizando as rotas, registrando as entregas e ocorrências, cumprindo as tentativas exigidas e devolvendo à SEMAFI os carnês não entregues.

9.5.1 Manter os entregadores devidamente identificados, orientados quanto ao sigilo das informações e proibidos de abrir, reproduzir, fotografar, divulgar ou utilizar o conteúdo dos carnês para finalidade diversa da entrega.

9.6 Comunicar imediatamente à Administração qualquer situação capaz de comprometer prazos, qualidade, segurança das informações ou regularidade da execução, propondo as medidas de correção pertinentes.

9.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes de sua atividade, inexistindo vínculo empregatício entre a Administração e os empregados ou prepostos da contratada.

9.8 Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão na execução, sem prejuízo da responsabilidade específica por incidentes envolvendo dados.

9.9 Manter preposto apto a representar a empresa perante a SEMAFI durante a execução e atender às determinações da fiscalização dentro dos prazos fixados.

9.10 Apresentar relatórios, comprovantes, notas fiscais e demais documentos necessários à medição, ao recebimento, à liquidação e ao pagamento.

9.11 Promover o descarte seguro de refugos gráficos e a eliminação ou devolução das bases de dados ao término da finalidade contratual, conforme orientação da Administração.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA LOGÍSTICA E EXECUÇÃO DA ENTREGA DOS CARNÊS:

### 10.1 DA EXECUÇÃO:

10.1.1 A contratada será responsável pelo planejamento, organização e execução da logística


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

de entrega dos carnês de IPTU, incluindo o fornecimento de pessoal, transporte, supervisão, roteirização e demais recursos necessários ao cumprimento do objeto. Caberá à contratada receber e conferir os carnês, organizar as rotas, realizar as entregas nos endereços indicados pela SEMAFI, registrar as ocorrências e devolver à Administração os documentos que não puderem ser entregues.

10.1.2 A execução das entregas deverá observar os endereços e as demais informações constantes da base cadastral fornecida pela SEMAFI. A contratada não poderá alterar, corrigir ou complementar dados cadastrais por iniciativa própria, devendo comunicar à fiscalização as inconsistências identificadas e aguardar orientação da Administração.

10.1.3 A contratada deverá manter mecanismos de controle e acompanhamento que permitam demonstrar à fiscalização o resultado de cada carnê submetido ao processo de entrega. A prestação de contas deverá conter, no mínimo, a identificação do carnê ou da inscrição imobiliária, o endereço de destino, a data da entrega ou da tentativa realizada, a situação verificada e o motivo de eventual insucesso ou devolução, observados os princípios da necessidade, minimização e segurança no tratamento dos dados pessoais.

10.1.4 Constitui meta operacional da contratação alcançar, no mínimo, 90% (noventa por cento) de entregas efetivas dos carnês expedidos com dados cadastrais aptos, excluídas, mediante comprovação e validação da fiscalização, as ocorrências de impossibilidade de entrega decorrentes de inconsistência cadastral imputável à base fornecida pela Administração, recusa do destinatário ou outras situações não atribuíveis à contratada.

10.1.5 O resultado inferior a 90%, quando decorrente de causa imputável à contratada, caracterizará execução insatisfatória e poderá ensejar glosa proporcional, determinação de nova tentativa de entrega, aplicação de sanção e demais medidas previstas no contrato.

**10.2 DOS CUSTOS INCLUÍDOS**

10.2.1 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive materiais, papel, tinta, acabamento, embalagem, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, tributos, seguros, transporte, estrutura de distribuição, equipamentos, sistemas e demais despesas indispensáveis à execução integral do lote.

**10.3 DO MODELO DE EXECUÇÃO E DO CRONOGRAMA**

10.3.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas conforme a necessidade da SEMAFI, mediante instrumento contratual e emissão de ordem de serviço/autorização, dentro dos limites registrados e da disponibilidade orçamentária.

10.3.2 A SEMAFI disponibilizará à contratada, por meio seguro, a base cadastral


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

definitiva, os arquivos de dados variáveis, a arte e as orientações necessárias à produção. Caberá à contratada conferir a integridade técnica dos arquivos recebidos e comunicar imediatamente qualquer impedimento à execução.

10.3.3 Após o recebimento dos arquivos definitivos e das orientações fornecidas pela SEMAFI, a contratada deverá apresentar a prova gráfica dos carnês no prazo de até 3 (três) dias úteis.

10.3.4 A SEMAFI realizará a análise da prova gráfica no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do seu recebimento, comunicando formalmente a aprovação ou indicando as correções necessárias.

10.3.5 Havendo necessidade de ajustes, a contratada deverá apresentar nova prova gráfica, com todas as correções solicitadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação da SEMAFI.

10.3.6 Após a aprovação formal da prova gráfica e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, a contratada deverá concluir a impressão, a montagem, o acabamento, a conferência e a organização dos carnês no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

10.3.7 A execução das entregas deverá ser iniciada no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da produção e a liberação dos carnês pela fiscalização.

10.3.8 As entregas deverão ser concluídas no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado do seu início, e, em qualquer hipótese, até o dia 28 de fevereiro de 2027, prevalecendo o prazo que ocorrer primeiro.

10.3.9 Os prazos atribuídos à contratada ficarão suspensos durante o período em que a execução depender de análise, aprovação, orientação ou correção de informações sob responsabilidade da Administração, retomando-se a contagem a partir da respectiva comunicação.

10.3.10 A prorrogação dos prazos somente será admitida mediante solicitação formal apresentada antes do respectivo vencimento, acompanhada da justificativa e da comprovação do fato impeditivo, ficando condicionada à análise e à autorização expressa da Administração.

10.3.11 Qualquer falha de impressão, montagem, personalização, leitura de código de barras, endereçamento ou outra não conformidade imputável à contratada deverá ser corrigida, reimpressa ou reenviada sem ônus adicional e em prazo compatível com a preservação do calendário tributário, conforme determinação da fiscalização.

10.3.12 A entrega ocorrerá nos endereços constantes da base fornecida pela SEMAFI, no Município de Paragominas/PA, observando-se o cronograma, as rotas e os procedimentos de


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

controle estabelecidos para cada contratação.

10.3.13 Concluída a campanha correspondente à ordem de serviço, a contratada deverá apresentar relatório consolidado de execução, no prazo de 05 dias úteis, contendo o quantitativo produzido, o quantitativo submetido à distribuição, os resultados das entregas, as devoluções justificadas, as correções realizadas e demais informações exigidas pela fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 A gestão e a fiscalização serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável, com segregação de atribuições sempre que cabível.

11.2 Compete à fiscalização, entre outras atribuições: acompanhar a aprovação da arte; verificar a qualidade gráfica e a fidelidade dos dados; monitorar os prazos; conferir os relatórios de distribuição; analisar ocorrências de devolução; aferir os quantitativos executados; registrar não conformidades; determinar correções; e subsidiar o recebimento e o pagamento.

11.3 A fiscalização poderá realizar verificações por amostragem na produção e na distribuição, solicitar documentos e evidências complementares e rejeitar materiais ou serviços em desacordo com as especificações, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade integral da contratada.

11.4 As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal ou do gestor deverão ser submetidas tempestivamente à autoridade competente, com registro nos autos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

12.1.9 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.3 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.4.1 Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4.2 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.4 a 12.1.6 e 12.1.8 a 12.1.12;

12.4.3 Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 12.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

12.4.4 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 11.1.3 (inexecução total do contrato).

12.5 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 e 11.1.7 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

12.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença sera cobrada judicialmente.

12.9 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.10 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.11 Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

12.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.15 Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

12.16 As sanções estabelecidas neste contrato não excluem outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da contratada por perdas e danos que der causa pela prática de irregularidades. As sanções estabelecidas neste contrato não impedem a anulação/revogação da licitação ou a rescisão do contrato, a critério exclusivo da administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2 Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3 Indenizações e multas.

13.9 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

14.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

14.1. Para as despesas referentes às contratações decorrentes deste processo, indicam-se as seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI:

14.1.1. ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Administração e Finanças

14.1.2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria de Administração e Finanças

14.1.3. PROJETO / ATIVIDADE: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

14.1.4. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

14.1.5. SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ

14.1.6. ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Administração e Finanças

14.1.7. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria de Administração e Finanças

PROJETO / ATIVIDADE: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo SUBELEMENTO: 3.3.90.30.16 – Material de expediente

14.2. A fonte de recursos, a disponibilidade de saldo e a classificação da despesa correspondente a cada parcela do objeto serão certificadas pelo setor contábil/orçamentário competente, conforme a Lei Orçamentária Anual do exercício da contratação, antes da formalização contratual e da emissão do empenho.

14.3. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a assinatura da ata não gera, por si só, obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados. A indicação acima não substitui a certificação do crédito orçamentário em cada contratação decorrente da ata, que deverá permanecer vinculada às dotações pertinentes à SEMAFI e ao objeto deste Contrato.


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS:**

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES:**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO:**

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei º 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do(a) Fundo Municipal de Saúde na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO:**

19.1 É eleito o Foro da Comarca de Paragominas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Paragominas/PA, XX (dia) de XXX (mês) de 20XX (ano).


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____


Assinado por 1 pessoa. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45.

# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C4C2-3BA1-B51B-4C45

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANDRICELIA FONSECA EVERTON (CPF 982.XXX.XXX-34) em 10/11/2026 09:57:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/C4C2-3BA1-B51B-4C45